

O PROCESSO DE PLATAFORMIZAÇÃO EM TEMPOS ULTRANEOLIBERAIS:

Uma análise das condições de trabalho e saúde dos/as jovens trabalhadores/as dos aplicativos Rappi, Ifood, 99food, Zé Delivery e Bee em Belém do Pará.

Gabriel Bahia Vieira¹
Daniela Ribeiro Castilho²

RESUMO

As transformações do mundo do trabalho, com a consolidação no Brasil, da radicalidade neoliberal, têm se intensificado com novas e agudizantes formas de instabilidade e desregulamentação do trabalho, entre elas, o fenômeno da plataformização/uberização, que se caracteriza como uma particularidade da acumulação capitalista, na medida em que, opera sob uma nova configuração de mediação de enquadramento do/da trabalhador/a, que se vê obrigado a assumir toda a responsabilidade sobre sua atividade produtiva, o que tem gerado implicações na saúde e nas condições de trabalho dos/as entregadores/as de aplicativo em Belém/PA.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Desregulamentação do trabalho. Plataformização do trabalho.

ABSTRACT

The work's world transformations, with the consolidation in Brazil, of the neoliberal radicality, have been intensified by new and agravating instability modes and work's deregulation, between it, the uberization/platformization, which caracterizes as a capitalist acumulation's particularity, as long as its operates by a new frameworking mediation structure of the workers, which feel obligated to assume all the responsability by their productive activity, that it has causing health and labor conditions implications of the app workers in Belém/PA.

Keywords: Neoliberalism. Labor deregulation. Work platforming.

1 INTRODUÇÃO













¹ Universidade Federal do Pará. Graduando em Serviço Social pela UFPA. Bolsista de Iniciação Científica do Grupo de Estudos e Pesquisa, Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (GEP/TESA); gabrielbahia1908@gmail.com ² Universidade Federal do Pará. Graduada em Serviço Social pela UFPA. Especialista em Teoria Antropológica pela UFPA. Mestre em Sociologia pela UFPA Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora do curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFPA (ICSA/UFPA); danicastilho@ufpa.br.



REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Para apreender a complexa teia que envolve o trabalho por plataformas e, sua particularidade na cidade de Belém do Pará, necessário se faz realizar uma contextualização sócio-histórica do Brasil. Antunes (2022) compreende que a atual crise do capital se situa nos anos de 1973, com origens nas manifestações e lutas sociais em 1968 e 1969 e, dessa maneira, suas experiências obtiveram atenção em diversos países, incluindo o Brasil, e que após o período, o capital intensificou o seu caráter destrutivo, dessa forma diluindo praticamente "qualquer perspectiva de um mundo com traços de humanidade e coágulos de civilidade".

Ao mesmo tempo, com a crise da política do Estado de Bem-estar Social e da regressão ideológica da socialdemocracia, a proposta neoliberal teve respaldo para sua sistematização em nível mundial, implementados pelos países capitalistas, desde os centros e, posteriormente assimilados pelos países periféricos (Id., 2001, p. 40). Ademais, o Estado Brasileiro, em seu contexto contemporâneo de crise, promove a intensificação das mais diversas formas de exploração do trabalho, como terceirização, flexibilização das leis trabalhistas, contrato de zero horas e, em especial, o fenômeno da uberização, que segundo Secco e Kovaleski (2022, p.1912), compreende como "trabalho terceirizado, com vínculos apenas digitais com a empresa". Não somente, mas também é necessário se atentar para a tendência da exclusão dos jovens no mundo do trabalho, na qual "engrossam as fileiras dos trabalhos precários e dos desempregados, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural" (ANTUNES, 2003, p. 232).

Neste sentido, esta pesquisa busca compreender as relações e condições sociais de trabalho e saúde dos/as jovens belenenses que trabalham como entregadores/as de aplicativos, desvelando os processos de trabalho nos quais estão submetidos e os prováveis rebatimentos no processo saúde/doença destes/as trabalhadores/as. Procurou-se compreendê-la, à luz da teoria marxiana, que subsidiou a compreensão sobre as transformações no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho informal dos sujeitos envolvidos com aplicativos de entrega. Buscou-se













analisar de forma crítica o fenômeno da plataformização/uberização, que está intrinsecamente relacionado aos novos mecanismos de controle da força de trabalho.

2 AS METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO

2.1 Um breve panorama das transformações nos séculos XX e XXI: a "alternativa" neoliberal e suas implicações no Brasil

A ideologia política neoliberal se consolida no Brasil com o governo de Fernando Henrique Cardoso, em articulação a uma coalização conservadora no poder em que o neoliberalismo terá uma intelectualidade orgânica de contrarreforma e de hegemonia burguesa (OLIVEIRA, 1998, p.176-177 apud BEHRING, 2003, p.7).

A crise do mundo do trabalho teve repercussões significativas no processo de agudização das relações de trabalho, atingindo tanto a materialidade quanto a subjetividade do ser-que-vive-do-trabalho (ANTUNES,1996). Dentre suas consequências, destaca-se a "flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho", ocasionadas devido ao intenso processo de "automação, robótica e a microeletrônica" como possibilidades na revolução tecnológica com tamanha intensidade (Ibid.p.131).

O endurecimento neoliberal, se materializou, pelo conjunto de contrarreformas (BEHRING, 2003), em particular, por meio da flexibilização das relações de trabalho, produzindo formas mais brutais de extração de mais-valia absoluta, através das estratégias da ideia de competitividade e empreendedorismo, com redução dos custos do trabalho por meio da desobrigação do papel de regulador destas relações, no que se refere ao tema da proteção social.

Os Governos petistas (2003-2016), mantiveram a política econômica neoliberal de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Consequentemente, suas medidas sinalizaram um projeto pautado mais na continuidade neoliberal de variante social-liberal que provocou significativas rupturas com parcelas importantes do sindicalismo brasileiro, que passaram a lhe fazer forte oposição (ANTUNES, 2018). Dos Santos













(2018) contextualiza a hegemonia lulista como uma articulação entre um consentimento passivo das classes trabalhadoras ao projeto de governo sendo abraçado por uma burocracia sindical, em particular da Central Única dos Trabalhadores (CUT), capaz de garantir modestas concessões à classe trabalhadora.

Dessa forma, tais governos implementaram uma espécie de política ganhaganha, mesmo que de forma desigual, ao possibilitar ganhos extraordinários ao capital rentista, ao mesmo tempo em que, investiu em políticas de mitigação à pobreza, assegurando uma pequena *inclusão* social passiva das massas pela via do consumo (CARVALHO; GUERRA, 2016).

O cenário de conciliação de classes que vinha desde 2003, tornou-se insustentável com a agudização da crise que se estendia desde 2008, com consequências devastadoras para a classe trabalhadora, na medida em que, se exigia desta cada vez mais sacrifícios.

A combinação da crise econômica com os protestos, capitaneados à direita, que tomavam as ruas de assalto, compeliu ainda mais a conciliação de classes, produzindo novos mecanismos de acumulação capitalista, desgastando ainda mais o lulismo. A confluência destas variáreis propiciou as condições objetivas e subjetivas para o golpe jurídico-parlamentar contra Dilma Rousseff, por meio de seu impeachment (DOS SANTOS, 2018).

O governo golpista de Michel Temer, então vice-presidente, acelerou e impôs ao conjunto da classe trabalhadora uma série de derrotas, como foi a contrarreforma da previdência e trabalhista e a lei da privatização irrestrita. Antunes vai denominar este período como uma nova fase da "contrarrevolução preventiva", que operou na demolição dos direitos trabalhistas no Brasil, para o cumprimento das exigências do capital, (Ibid., p. 269), em outros termos:

Iniciou-se, então, uma nova fase da contrarrevolução preventiva, agora de tipo ultraneoliberal e em fase ainda mais agressiva. Sua principal finalidade: privatizar tudo que ainda restar de empresa estatal; preservar os grandes interesses dominantes e impor a demolição completa dos direitos do trabalho no Brasil. Foi emblemática a tentativa feita por Temer, visando abrandar (na verdade eliminar) as restrições que proibiam o trabalho escravo no Brasil, em fins de 2017, medida profundamente antissocial que foi suspensa, dada a repulsa generalizada que encontrou (ANTUNES, 2018, p. 269).











O governo de Michel Temer pavimentou o crescimento da extrema-direita e, em grande medida, foi um reflexo do avanço de projetos neofascistas que alçaram o poder levados pela onda da crise de 2008. Este rearranjo ideo-político-econômico, possibilitou a emergência, por exemplo de Trump nos Estados Unidos, Bolsonaro no Brasil e a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), que configurou uma situação de instabilidade política e econômica para a Europa (DARDOT; LAVAL, 2016). Este crescimento foi controlado e direcionado, em especial, pelo capital financeiro impondo internacionalmente, um modelo ultraneoliberal ainda mais agressivo e atroz no que se refere à destruição de direitos, nas espoliações de bens comuns e aumento das privatizações de bens públicos.

O espaço ocupado pela extrema-direita no cenário mundial e brasileiro vai cimentar o caminho adequado para a vitória do candidato Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018, consolidada por um agressivo discurso antipetista, com diálogo fluido com os evangélicos e utilizando-se de uma narrativa de retorno a uma "ordem" originada na ditadura militar de 1964 (Ibid., 2018, p.14). Dentre seus atos governamentais praticados até 2021, o desmonte dos direitos trabalhistas e o enfraquecimento das ações fiscalizatórias do Estado foram a tônica de seu mandato.

Segundo Antunes (2022), a progressiva trajetória da terceirização, perpassando desde setores privados até o Estado, ou seja, uma "privatização por dentro", configurase como uma das facetas do governo ulltraneoliberal e autocrático do presidente Jair Bolsonaro. Convém ressaltar que, apesar dos impactos do novo coronavírus em escala global, as medidas de contenção não obtiveram espaço frente à agenda bolsonarista, conforme explicita Dutra (2022):

Em um contexto cuja principal medida de contenção era o isolamento social e no qual a sociedade brasileira demandava um conjunto de medidas que protegesse a população tanto dos impactos sanitários quanto econômicos, o governo optou pelo recrudescimento das políticas neoliberais em relação ao trabalho. Defendeu a manutenção da classe trabalhadora nas ruas e se colocou contra os lockdowns, ainda que insuficientemente realizados, por determinação dos governos estaduais e municipais. A afirmação renova assim o descrédito nas instituições sociais de solidariedade e resgata a noção de trabalho como sacrifício e até como patriotismo, curiosamente imputando a











crueldade e a fome dos que não podem trabalhar aos defensores das medidas de intervenção estatal (DUTRA, 2022, p.12-13).

Entre as profundas mudanças ocasionadas pelo crescente processo de desregulamentação do trabalho, e que se esgarçou ainda mais no contexto pandêmico, teve-se o avanço do processo de informalização e flexibilização das relações de trabalho sustentada pela ideologia do empreendedorismo com o desenvolvimento de formas "atípicas" de trabalho (trabalho temporário, intermitente, por demanda, parcial, plataformizado, informal, entres outros).

Esta concepção de "empresário-de-si" escamoteia o real significado na sociedade capitalista, pois, entende-se que este "estado" é uma forma neoliberal impositiva de viver com sérias consequências desse modo de vida para o conjunto daqueles e daquelas que vendem sua força de trabalho. A ideologia do empreendedorismo, é de fato, uma maneira que o capital encontra, entre outras, para se fortalecer em meio ao caos de crescente desemprego, informalização das relações trabalhistas, avanço tecnológico poupador de força de trabalho e enfraquecimento das políticas sociais. É possível apreender, portanto, que o desemprego e as formas precárias de trabalho não são condições naturais da sociedade, mas sim, é condição sine qua non do funcionamento da ordem sociometabólica do capital, pois de acordo com Marx (2008) é um "braço" via superpopulação relativa que aglutina acumulação, desse modo é elucidativo assim como o desemprego o trabalho informal exerce uma legalidade na produção capitalista.

Antunes (2022) explicita o funcionamento das plataformas digitais na sociedade brasileira e sua análise da classe trabalhadora, na possibilidade de "renomeá-los e dar a eles uma nova definição que os excluísse da condição de assalariados". Salienta também a propagação dessas plataformas e suas mais diversas captações na área de serviços:

A Uber atua em mais de 10 mil cidades do mundo, tem algo em torno de 6 milhões trabalhadores e trabalhadoras esparramados pelo mundo, Uber e Uber eats. E isso, sem falar da Uber health, Uber Works e outras iniciativas que a Uber vem tentando criar. A Uber health, a Uber saúde, Uber Works, a Uber trabalho, e tantas outras aberrações. A jogada fundamental é não dar nenhum direito trabalhista a nenhum desses trabalhadores. Por isso, eles não podem











ser chamados de trabalhadores. É um engodo! Hoje os CEOs (Chief Executive Officers) não usam mais a expressão "os trabalhadores da minha empresa", são "os colaboradores da minha empresa". É uma empulhação, porque na primeira crise os trabalhadores vão embora, então os "colaboradores" são, de fato, operários, trabalhadores, assalariados. A uberização, então, veio, entrou no setor de serviços que foi privatizado e se esparramou como praga no mundo. A Uber, a Uber eats, a Amazon, na Amazon Mechanical Turk, 99, Cabify, Deliveroo, Ifood, Airbnb, Facebook formam uma massa imensa de corporações que estão enchendo-se de dinheiro e não reconhecem os direitos da classe trabalhadora (ANTUNES, 2022, p.4-5).

Por fim, é possível entender que tais metamorfoses no mundo de trabalho, produziu um "novo proletariado de serviços na era digital" que não são reconhecidos como trabalhadores assalariados e, por conseguinte, estão jogados a todo tipo de "sorte" e sem nenhum direito social garantido (Ibid., p. 5).

2.2 Processos de informalidade: a plataformização como modus operandi do capitalismo em tempos ultraneoliberais

O trabalho em plataformas digitais tem tido um crescimento vertiginoso e nos indica um contexto de expansão da informalidade, precarização e desigualdade do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. Neste modelo, os dados (data) se tornam matéria-prima perante as empresas, já que é por estes que se pode manipular algoritmos para adquirir vantagens sob a concorrência, através da coordenação de terceirização de trabalhos, otimização e flexibilização de processos produtivos com potencial de transformar ativos de baixa lucratividade em ativos de alta lucratividade, além de reiterar que "a própria atividade de análise de dados é também produtora de dados, fazendo assim, um ciclo vicioso" (SILVA et al., 2022, p. 23).

Portanto, sendo ela um dos componentes para uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008, a urgência das "economias de plataforma" fora instrumentalizada para destruir qualquer possibilidade de estabilidade laboral, aumentando o controle do trabalho e dessa forma almejando a atomização da classe trabalhadora em ramos específicos, por meio da modificação da jornada de trabalho regular e destruição dos direitos conquistados pelos/as trabalhadores/as.













As plataformas digitais, como Uber, Ifood e Rappi acabam por conceber um novo sentido de morfologia do trabalho, propondo aos/às trabalhadores/as o aumento significativo da jornada através da estratégia ideológica de que estes/as podem "fazer o seu horário" de trabalho (IURI, 2020, p.145-147). Da Nóbrega e Gabriel (2023) concluem que a ideologia ultra neoliberal do Vale do Silício, região a qual reúne as mais influentes empresas de aplicativos, se mostram falaciosas quando alegam que tais modelos levariam ao desenvolvimento econômico e social, promovendo métodos para "desantropomorfizar o trabalho", bem como, permitindo ingerências dos grandes conglomerados de tecnologia, organizando e ditando a vida social sobre o que deveria se entender por "inovação" e "progresso".

No entanto, o que se vê por parte do capital são mecanismos para aumentar o controle do trabalho, em detrimento ao controle, ainda que mínimo, dos/as trabalhadores/as sobre seu processo laboral, acarretando danos à saúde no trabalho, em suas mais diferentes formas, devido à pressão pela capacidade imediata dos/as entregadores/as às demandas do mercado (SATO, 2002). Não apenas, mas também é preciso atentar para as engrenagens da dominação e exploração ao/à trabalhador/a, pela ideologia do empreendedorismo individual, na qual provoca a destruição de quaisquer laços de fraternidade e solidariedade de classe, como também, provoca um processo de culpabilização e autoculpabilização (SECCO e KOVALESKI, 2022, p.1917).

4 CENÁRIO DO TRABALHO INFORMAL NA REGIAO NORTE E BELÉM: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Os indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022 apontavam que o Pará atingiu a maior taxa de trabalho informal do Brasil, com 60,5% relativos ao segundo trimestre. No caso da capital Belém, isto representava que a cada dez trabalhadores, seis eram informais. A taxa para o Brasil ficou em 39,4%¹. E foi

¹ https://www.cut.org.br/noticias/40-dos-trabalhadores-sao-informais-no-brasil-no-norte-sao-mais-de-50-e3d9#:~:text=O%20Par%C3%A1%20%C3%A9%20o%20estado,com%20os%20%C3%ADndices%20d













CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

neste Brasil das "reformas" trabalhista e previdenciária e terceirização irrestrita, que tirou mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que explodiu também o número de Microempreendedores Individuais (MEI), sendo que quase a totalidade destes trabalhavam sozinhos, sem gerar empregos, tinham renda entre um e dois salários mínimos, mas são festejados pela mídia comercial como os empreendedores do país.

Importante dizer que Belém, desde o início do desenvolvimento do processo capitalista se constituiu no centro urbano mais importante da Amazônia, sendo até hoje a principal cidade da Amazônia, com mais de milhão e meio de habitantes. Este processo de "integração" da região à divisão internacional do trabalho foi absolutamente de suporte ao capitalismo central, ou seja, implantou-se aqui um

capitalismo de enclave que, junto com a concentração fundiária, desencadeia um processo de proletarização passiva, isto é, a dissolução das tradicionais formas de (re) produção, que para a grande maioria dos produtores diretos não se traduz em uma perspectiva de assalariamento formal de trabalho (Mitschein; Miranda; Paraense, 1989, p.23).

Essa diversidade na forma de incorporação dos/as trabalhadores/as nas atividades laborais informais no município de Belém evidencia as atuais tendências nos processos de articulação que vem se instituindo entre esta massa trabalhadora na perspectiva de enfrentar as adversidades existentes no mundo do trabalho local, fruto do desenvolvimento do capital que se apresenta essencialmente pela sua fase predatória.

A pesquisa em tela faz parte do compromisso coletivo de pesquisadores/as e bolsistas pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA e encontra-se em andamento. Aqui apresentaremos um resultado parcial da pesquisa. Importante contextualizar aqui que de com a Federação dos Mototaxistas e Motoboys do Estado do Pará (Fenamoto-PA) as pessoas de 18 a 25 anos representam 70% dos 20 mil trabalhadores do setor na Região Metropolitana de Belém (RMB), considerando tanto os profissionais que utilizam motocicletas (16 mil) quanto os que pedalam nas

os %20 estados. & text = E%20 no %20 Brasil%20 da%20 reforma, o%20 n%C3% BAmero%20 de%20 Microem preendedores%20 Individuais.













bicicletas (4 mil). Esse cenário se agravou devido a pandemia, pois até o início de 2019, o número de motoentregadores na RMB era de cerca de 10 mil. Com o novo cenário de consumo constituído pela necessidade do distanciamento social, para evitar a contaminação pela covid-19, a quantidade passou para 16 mil, representando um aumento de 60% da categoria².

Considerando este contexto, optou-se por uma abordagem quanti-qualitativa, a partir da aplicação de questionários semiestruturados. A metodologia foi estruturada através de um formulário no *Google Forms*, para organizar os dados, de modo a corresponder às maiores determinações no quesito das condições de trabalho e saúde do público participante. Desse modo, para embasar o resultado no presente estudo sistemático, utilizou-se dados quantitativos para indicar possíveis explicações, com indicações de gráficos que possam dar indicativos da situação ora investigada. Contudo, o método qualitativo enredado a uma discussão crítica, permitirá a análise mais profunda da possível relação entre estes dados e a realidade empírica a que se vinculam.

Foi aplicado um questionário através da função formulários da plataforma *Google* com 68 questões sobre perfil, seguridade social, condições de trabalho e saúde dos/as entregadores/as de aplicativo. Obteve-se um plano amostral de 54 indivíduos, de um total de 100 amostragens planejadas no projeto de pesquisa, sendo que: 98,15% residem na cidade de Belém, 3,70% na cidade de Ananindeua³ e 1,85% na cidade de Marituba⁴; 64,81% estão na faixa etária de 18 a 25 e 20,37% estão entre 26 a 32; 98,15% se declaram pertencentes ao gênero masculino e 1,85% ao feminino; 98,15% se identificam como heterossexuais e 1,85% como bissexuais. O perfil do(a) trabalhador(a) no quesito etnia/cor predomina a identificação como pardo(a), com percentual de 51,85%, seguidos por 29,63% como negros(as), 11,11% como brancos(as), 5,56% como pretos(as) e 1,85% de amarelos(as).

⁴ Município distante 30 km de Belém, capital do Pará.













² https://www.oliberal.com/economia/numero-de-entregadores-de-aplicativos-cresceu-60-durante-a-pandemia-estima-fenamoto-pa-1.416584.

³ Município distante 25 km de Belém, capital do Pará.

No que diz respeito à disponibilização de apoio aos entregadores, aproximadamente 74,07% deles afirmaram que os "apps" não disponibilizam postos de descanso, muito menos possibilitam Equipamento Individual de Proteção (EPI). No Acesso aos Direitos Sociais, 77,78% confirmaram que não contribuem com o INSS, 94,44% responderam que não recebem política de assistência social e 77,78% não recebem quaisquer benefícios de tarifa social.

A seguir estão expostos os Gráficos 1 e 2 que ilustram situações de vulnerabilidade vivenciadas por trabalhadores/as dos aplicativos e Sintomas relacionados ao trabalho nos aplicativos em Belém/PA, respectivamente.

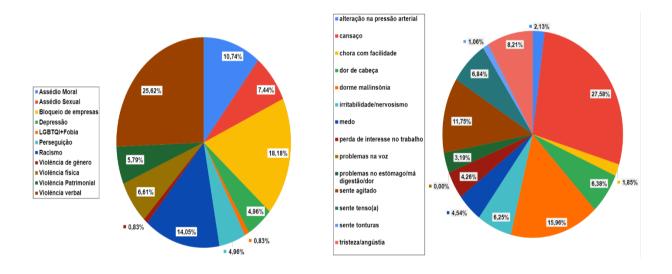


Gráfico 1 – Situações de vulnerabilidade vivenciadas por trabalhadores/as dos aplicativos em Belém/PA. Fonte: Autor

Gráfico 2 - Sintomas relacionados ao trabalho nos aplicativos em Belém/PA. Fonte: Autor

Por meio do Gráfico 1 pode-se constatar que as quatro maiores situações de vulnerabilidades vigentes no cotidiano desses(as) entregadores(as) são denúncias de violência verbal (25,62%), bloqueios de empresas (18,18%), racismo (14,05%) e assédio moral (10,74%). Além disso, o medo do bloqueio pelas empresas, a impossibilidade de se impor aos designíos da empresa, expõem o/a entregador/a à ambientes propícios à violência física (LIBERATO, 2022). É possível perceber pelas













respostas, que as vulnerabilidades e violências se articulam e são vivenciadas se forma exponencial pelos/as trabalhadores/as de aplicativo.

Com intuito de demonstrar o aspecto sintomático dos(as) trabalhadores(as) nas empresas de aplicativo, estes explicitam a constância de sintomas cansaço (27,58%), insônia (15,96%), agitação (11,75%) e os sintomas de tristeza e angústia (8,21%), na qual afetam e refletem em seus grupos sociais, impactando em sua qualidade de vida comprometida pela intensa precarização de seu ofício. Neste sentido, a precariedade das condições de trabalho tem um papel importante para a ampliação do processo de deterioração das condições de trabalho, já que as empresas se utilizam das terceirizações para "transferir os riscos para os trabalhadores, desobrigando-se de cumprir e seguir exigências da legislação e dos direitos trabalhistas" (ANTUNES, 2018, p.150). Sendo assim, promove um desgaste tanto físico quanto emocional ao/à trabalhador/a, sobre esta gama de características no ambiente de trabalho, explicita Trigo et al (2007):

A exaustão emocional abrange sentimentos de desesperança, solidão, depressão, raiva, impaciência, irritabilidade, tensão, diminuição de empatia; aumento da suscetibilidade para doenças, cefaleia, náuseas, tensão muscular, dor lombar ou cervical, distúrbios do sono. O distanciamento afetivo provoca a sensação de alienação em relação aos outros, sendo a presença destes muitas vezes desagradável e não desejada (TRIGO et al, 2007, p. 225).

Quando questionados se são membros de entidades representativas dos(as) trabalhadores(as) ou se são membros de alguma associação de trabalhadores/as da plataforma, obteve-se um baixo percentual de respostas positivas (11,11%). Aliás, o quadro de sindicalização apresenta resultados ainda mais inferiores, com apenas 3,70% de entregadores em sindicatos, isto ocorre em virtude da constante ofensiva da ordem capitalista, utilizando de sua lógica destrutiva para promover o isolamento e o individualismo, desmontando suas entidades sindicais, contribuindo para o sofrimento dos trabalhadores, dentro e fora do trabalho (ANTUNES, 2018). Ademais, com a retórica de uso de novas tecnologias, aliado com a suposta mediação entre consumidor e cliente da sua própria força de trabalho pelas plataformas digitais, mascaram o controle sobre a organização e gestão do processo produtivo (CARDOSO e ALMEIDA, 2020), dado suas especificidades enquanto município de Belém.













3 CONCLUSÃO

Pode-se inferir que, a partir do estudo de campo, ainda que parcial, realizado em Belém-PA, as condições de trabalho e saúde dos(as) entregadores(as) encontramse em plena deterioração, mostrando-se predatória ao flexibilizar e atacar direitos fundamentais dos/as trabalhadores/as. Antunes (2018) discorre da possibilidade de um novo modo de vida, na qual confronta a dominação do capital e suas mais diversas formas, por intermédio da ação coletiva e suas lutas contemporâneas.

Assim sendo, o retorno às organizações sindicais é imprescindível para o aumento exponencial dos mais diversos setores da classe trabalhadora, de modo a construir um movimento social implacável o suficiente para contestar o *modus operandi* do capitalismo. Há movimentos em direção a isso, e precisamos nos aprofundar nas novas formas de luta. Em muitos cenários elas têm tomado força de maneira progressiva, como o caso dos *"Breque dos Apps"* entre 2020 e 2022, organizado por novas lideranças sindicais como Paulo Galo⁵ e Alessandro Sorriso⁶ que conduziram entregadores de aplicativos a cruzam os braços para cobrar melhores condições de trabalho e reconhecendo o *"sofrimento comum"* como força motriz do movimento construído (CARDOSO e ALMEIDA, 2020, p.1.). Afinal de contas, segundo Galo *"não aquentamos mais trabalhar com o estômago vazio e com comida nas costas"*

Torna-se imprescindível refletir e analisar a configuração posta ao trabalho pelo seu processo de plataformização/uberização, como também, faz-se necessário, regulamentar e instituir políticas sociais que assegurem condições basilares de vida e um trabalho protegido com direitos trabalhistas, e isso, só será possível com a reorganização do conjunto da classe trabalhadora na busca de alternativas de luta e enfrentamento.

REFERÊNCIAS













⁵ Pertence ao grupo de entregadores antifascistas.

⁶ Liderança sindical no Distrito Federal.

ANTUNES, Ricardo. A engenharia da cooptação e os sindicatos. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 12, n. 1, 2011. _. Crise do capitalismo e regressão social para a classe trabalhadora. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 22, p. e13840e13840, 2022. . Fenomenologia da crise brasileira. Lutas Sociais, v. 19, n. 35, p. 9-26, 2015. . Mundo do trabalho e sindicatos na era da reestruturação produtiva: impasses e desafios do sindicalismo brasileiro. Transinformação, v. 8, n. 3, 1996. . O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. Trabalho. educação e saúde, v. 1, p. 229-237, 2003. __. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital-1 edição. São Paulo:Boitempo,2018. . Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho, v. 2, p. 35-48, 2001. BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira; ALMEIDA, P. F. O "Breque dos Apps" contra o falso discurso de autonomia e flexibilidade por parte das plataformas. **Escuta, Revista de Política e Cultura**, 2020.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. O BRASIL NO SÉCULO XXI NOS CIRCUITOS DA CRISE DO CAPITAL: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica In: Revista Políticas Públicas, São Luís, v. 19, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2015.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUTRA, Renata Queiroz; LIMA, Renata Santana. Neofascismo, neoliberalismo e direito do trabalho no governo bolsonaro. Revista Direito e Práxis, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE, 2022.

IURI, Toledo, Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008? In: ANTUNES, Ricardo (org.). Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0. São Paulo:Boitempo,2020. p. 139-149.

LIBERATO, Leo Vinicius Maia. Situações de violência física produzidas pelos bloqueios injustos no trabalho de entrega de comida por aplicativos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 16, n. 4, p. 785-799, 2022.













MACIEL, David. De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. **Marxismo 21**, 2013.

MARQUES, Alexandre Francisco Bittencourt. Precarização do trabalho: o impacto da lei da terceirização. 2019.

MITSCHEIN, Thomas A; MIRANDA, Henrique R.; PARAENSE, Mariceli C. Urbanização selvagem e proletarização passiva na Amazônia: o caso de Belém. Belém: CEJUP, 1989.

NÓBREGA, Ricardo André Avelar da; GABRIEL, Yves Faria Pessanha. CAPITALISMO DE PLATAFORMA," BIG TECHS" E PRECARIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS. Confluências Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 25, n. 1, p. 43-67, 2023.

SANTOS, F dos. Do Iulismo a Bolsonaro: agonia da Nova República no Brasil. Boletín Onteaiken, v. 26, p. 1-16, 2018.

SATO, Leny. Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. **Saúde mental e trabalho: leituras**, 2002.

SECCO, Ana Caroline; KOVALESKI, Douglas Francisco. Do empreendedor de si mesmo à medicalização da performance: reflexões sobre a flexibilização no mundo do trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1911-1918, 2022.

SILVA, Lucas Vinícius et al. Capitalismo de plataforma: o impacto da tecnologia nas relações de trabalho. 2022.











